

Ação sobre segurança a jornalista que cobre Bolsonaro vai a Plenário

Em razão da relevância da matéria, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, decidiu submeter a julgamento definitivo, sem prévia análise de liminar, a ADPF 897, em que a [Rede Sustentabilidade pede](#) que a presidência da República garanta os meios necessários para assegurar o livre exercício da imprensa e a integridade física de jornalistas que fazem a cobertura dos atos do presidente Jair Bolsonaro.

Reprodução



Reprodução Presidente Jair Bolsonaro durante seu passeio em Roma, quando jornalistas brasileiros foram agredidos por seguranças

Com base na legislação, o ministro requereu informações da Presidência da República, a serem prestadas no prazo de dez dias. Em seguida, devem se manifestar, sucessivamente, a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria-Geral da República, no prazo de cinco dias para cada órgão.

Segundo a Rede, Bolsonaro teria, em diversas ocasiões, manifestado desprezo pela liberdade de imprensa, "ao ameaçar fisicamente, constranger, difamar, inviabilizar a segurança no exercício da atividade jornalística e incentivar comportamento violento contra os profissionais da imprensa".

Esse comportamento seria incompatível com o exercício do cargo de chefe de Estado e chefe de Governo e incentivaria condutas violentas contra a imprensa por seus apoiadores, que estariam repetindo seus ataques.

Entre outros pedidos, a Rede requer que seja determinado à Presidência da República que apresente um plano de segurança para garantir a integridade física dos profissionais da imprensa que acompanham a rotina presidencial. *Com informações da assessoria do STF.*

Clique [aqui](#) para ler a decisão
ADPF 897

Date Created
05/11/2021